

As representações profissionais e suas especificidades teóricas: uma ferramenta de análise das práticas profissionais

Elisângela Bastos de Mélo Espíndola. Universidade Federal Rural de Pernambuco
Lícia de Souza Leão Maia. Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Desde a década de 1990, as representações profissionais têm sido uma abordagem teórica que vem ganhando expressão, ao mesmo tempo em que são feitos questionamentos e estudos dos campos profissionais no âmbito da Psicologia Social. Este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir o conceito de representações profissionais, situando o leitor sobre elementos teóricos que as distinguem e que as aproximam das representações sociais. Para tanto, tomamos como principal referência as proposições teóricas desenvolvidas pela equipe de pesquisa *Représentations et Engagements professionnels, leurs Évolutions: Recherche et Expertise* da Universidade de Toulouse-Le Mirail na França. Dentre as contribuições deste trabalho, enseja-se a abertura de novos caminhos investigativos sobre o desvelamento dos processos e dos produtos da profissionalização e da profissionalidade de grupos profissionais de referência.

Palavras-chave: representações profissionais; representações socioprofissionais; representações sociais.

Abstract

Professional representations and their specialties theoretical: A tool for analyzing professional practices. The professional representations have been a theoretical approach since the nineties and have been getting expression on studies of the professional field, in the ambit of Social Psychology. This article aims to introduce an explanation about the professional representations, teaching the readers about the elements that distinguish and resemble the social representations. Therefore, we took as main reference the theoretical propositions developed by the research group *Représentations et Engagements professionnels, leurs Evolutions: Recherche et Expertise* from Toulouse University - La Mirail in France. Within the contributions of this work, it aims the opening of new investigative ways to the unveiling of processes and products of the professionalization and professionalism of professional groups of reference.

Keywords: professional representations; social professional representations; social representations.

Resumen

Las representaciones profesionales y sus especificidades teóricas: una herramienta de análisis para las prácticas profesionales. Las representaciones profesionales desde hace la década de los 90 han tenido un enfoque teórico en lo que están ganando expresividad los estudios de los campos profesionales, principalmente en lo ámbito de la Psicología Social. Este artículo tiene como el objetivo la presentación de una explicación sobre las dichas representaciones profesionales, situando la atención del lector sobre los elementos teóricos que todavía las distinguen, pero, al mismo tiempo que se las aproximan, en particular, en las representaciones sociales. Por tanto, hemos tomado como la principal referencia las proposiciones teóricas desarrolladas por el equipo de investigación *Représentations et Engagements professionnels, leurs Evolutions: Recherche et Expertise* de La Universidad de Toulouse - Le Mirail en Francia. Entre las muchas contribuciones en este trabajo, la más grande que tenemos, es nuestra motivación en la posibilidad de apertura de nuevos caminos investigativos, que puedan seguir hacia al desvelamiento de los procedimientos y de los productos de la profesionalización y de la profesionalidad de los grupos profesionales de referencia.

Palabras-claves: representaciones profesionales; representaciones profesionales y sociales; representaciones sociales.

Em sua origem, a noção de representação profissional é atribuída aos trabalhos de Michel Bataille (1972) com a publicação de sua tese: *Contribution à l'étude de la construction du projet professionnel: le choix de la psychologie*. No citado trabalho, já podiam ser encontradas “questões e preocupações ligadas ao desenvolvimento profissional, ao projeto profissional e às representações ainda não denominadas profissionais (as representações do ofício)” (Lac, Mias, Labbé, & Bataille, 2010, p. 134).

O contexto de desenvolvimento da noção de representações profissionais (RP) refere-se aos trabalhos da equipe de pesquisa *Représentations et Engagements professionnels, leurs Évolutions: Recherche et Expertise* (REPERE), inscrita no eixo “Processos de Profissionalização” do Centro de Pesquisa em Educação, Formação e Inserção de Toulouse (UTM, CREFI-T) na França¹. Bouyssières (2006, p. 3) atribui à equipe REPERE, dirigida pelo professor Michel Bataille, a emergência do conceito de «representação profissional» como categoria específica das representações sociais: “aquelas que ‘pessoas do ofício’, de um mesmo ofício elaboram nas interações profissionais, a partir e a propósito de suas atividades socioprofissionais”.

De acordo com Lac e Ratinaud (2005), seja a profissionalização abordada a partir dos sujeitos ou dos objetos, da construção de uma profissão ou da formação profissional, este processo pode ser estudado pelo ângulo das representações, na medida em que se considera que uma parte importante da profissionalidade se constrói pela experiência, isto é, no exercício concreto do trabalho, em interação com outros profissionais. Para Bataille, Blin, Mias, e Piasser (1997, p. 72), a profissionalidade “não pode ser separada do sentido que os profissionais atribuem a sua prática e a suas interações profissionais”. Ou seja, entende-se que a noção de profissionalidade interroga diretamente, por um lado, o campo do trabalho que se interessa pelas ações de desenvolvimento de competências; por outro, o campo da formação que tenta construir seus planos formativos a partir da análise de situações reais do exercício profissional.

Os estudos sobre as representações profissionais têm revelado a existência de grupos profissionais distintos em suas visões, levando-nos a refletir sobre a profissionalização, não somente em termos de formação, mas no quadro de um desenvolvimento profissional permanente e contextualizado. Como indica Blin (1997b), os indivíduos exercem geralmente suas atividades em

contextos institucionais (organizacionais). Estas atividades correspondem a uma construção que resulta de uma negociação permanente entre os atores coletivos. Os atores em situação profissional desenvolvem práticas para assegurar suas atividades, situando-as em relação às exigências, manobras, injunções nos limites de uma ética e deontologia profissionais.

Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir o conceito de representações profissionais, situando o leitor sobre elementos teóricos que as distinguem e que as aproximam das representações sociais. Nesse sentido, inicialmente, discorreremos acerca das representações sociais e das representações socioprofissionais, para então, expormos as representações profissionais em suas especificidades e funções.

A referência na Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Moscovici (1961) a partir do estudo das representações do público em geral e de psicanalistas sobre a Psicanálise, para diversos autores, a exemplo de Jodelet (2011, p. 203), respondeu a um imperativo epistemológico: “superar a dicotomia entre as abordagens sociológicas e psicológicas do comportamento humano”. Deste modo, a análise e a compreensão das RS e seu funcionamento supõem sempre um esclarecimento sobre sua abordagem sociocognitiva.

Em seu componente cognitivo, a representação supõe “um sujeito ativo”, ela tem deste ponto de vista uma “textura psicológica”, ela é submissa às regras que regem os processos cognitivos. Em seu componente social, a prática dos processos cognitivos é diretamente determinada pelas condições sociais nas quais se elabora ou se transmite uma representação. E esta dimensão social gera regras que podem ser bem diferentes da lógica cognitiva (Abric, 1994, p. 14).

Realçamos que a noção de RS põe em relevo, ao mesmo tempo, a atividade do sujeito sobre o mundo e, reciprocamente, da ação do meio, empírico e social, sobre o indivíduo. Esse caráter sociocognitivo e a forma de conhecimento (senso comum) que a noção de RS enseja são recorrentes nas ideias sobre suas dimensões, condições de emergência e formação. Ao senso comum é atribuída “a forma como as pessoas cotidianamente formulam conceitos e proposições a partir

da observação dos fatos diários e das informações que recebem” (Almeida, 2005, p. 185).

Sobre as dimensões em que se configuram as RS - informação, campo de representação e atitude - respectivamente, essas se relacionam à: organização dos conhecimentos que o grupo possui com respeito ao objeto social; ideia de imagem, de modelo social, como conteúdo concreto e limitado das proposições que expressam um aspecto determinado do objeto da representação e orientação global em relação ao objeto, a tomada de posição (Moscovici, 1961).

A emergência das RS relaciona-se à defasagem e dispersão das informações, focalização e condições de pressão à inferência. Sobre defasagem e dispersão das informações, consideram-se não só a diversidade de “informações” disponíveis sobre um objeto, mas também as condições objetivas de acesso às informações, como, por exemplo, “obstáculos de transmissão, falta de tempo, barreiras educativas e até mesmo os efeitos de especialização” (Santos, 2005, p. 29). A respeito da focalização, ressaltam-se certos aspectos do objeto, dos interesses e da implicação dos sujeitos, uma vez que a intensidade das atitudes do sujeito e o modo pelo qual ele relaciona os dados da realidade dependem de seus hábitos lógicos e linguísticos, de tradições históricas, do acesso à informação e da estratificação de valores.

Uma informação sobre uma nova doença, por exemplo, será apreendida diferentemente por médicos, engenheiros, agricultores ou estudantes. Porém não se trata apenas do nível de escolaridade. Se o engenheiro ou agricultor é católico ou mulçumano, brasileiro ou asiático, sua formação religiosa e sua cultura terão também um papel importante na apropriação do novo conhecimento (Santos, 2005, p. 29).

As condições de pressão à inferência revelam que o sujeito busca constantemente o consenso com o seu grupo e que a ação o obriga a estimar, comunicar e responder às exigências da situação a cada momento; essas múltiplas pressões tendem a “influenciar a natureza dos julgamentos, preparando respostas pré-fabricadas e forçando um consenso de opinião para garantir a comunicação e assegurar a validade da representação” (Santos, 2005, p. 28).

Em relação à formação da RS, destacam-se os processos de objetivação e ancoragem, pelos quais se revela a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício. A objetivação explica a representação como construção seletiva,

esquemática estruturante, naturalização, isto é, como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número limitado de elementos ligados por relações, que fazem dele uma estrutura que organiza o campo de representação e recebe um *status* de realidade objetiva (Jodelet, 2005). A ancoragem faz jus ao enraizamento social da representação, à integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento pré-existente e às transformações decorrentes destes. Para Alves-Mazzotti (2000, p. 60), “não se trata mais, como na objetivação, da construção formal de um conhecimento, mas de sua inserção orgânica em um repertório de crenças já constituído”.

De acordo com Abric (1994, p. 13), podemos entender a RS “como uma visão funcional do mundo, que permite ao indivíduo ou a um grupo dar sentido a suas condutas e compreender a realidade, por meio de seu próprio sistema de referência”; levando-se em conta que o indivíduo não está nem isolado, nem inserido em um todo societal. Ele navega em um estado intermediário, que são os grupos “reais”.

É a partir de, e nesses grupos, que vão se construir (na relação comunicação e interação linguística em particular) os conhecimentos que permitem o indivíduo de compreender e de se mover no mundo que o cerca. Estas formas de conhecimento particular, por serem ingênuas e coletivamente produzidas, concernirão a objetos específicos, de onde uma de suas particularidades é a polissemia, e seu valor de manobra pelo grupo (Lac et al., 2010, p. 136).

Pelo exposto, começamos a adentrar o conceito de representações profissionais, considerando que essas contribuem para organizar a relação que o sujeito mantém com o conjunto do sistema social no qual está inserido um dado grupo profissional. Contudo, antes de apresentarmos as características específicas das RP, expomos duas proposições: a passagem das RS às RP por intermédio das representações socioprofissionais e outra, a coexistência das duas ordens de representações - sociais e profissionais.

Representações socioprofissionais: passagem e coexistência das representações sociais e representações profissionais

As representações socioprofissionais (RSP) são consideradas aquelas que se encontram no interstício

entre as RS e as RP. Piaser e Ratinaud (2010) explicam que as representações denominadas socioprofissionais não são unicamente “sociais”, porque portam um bom número de elementos técnicos pertencentes a uma profissão e elas não são ainda “profissionais”, pois são constituídas, insuficientemente, de elementos experienciais que relevam da memória do grupo profissional considerado.

A menção às RSP supõe, de uma parte, uma passagem transitória (Figura 1), pela qual os atores observados adquirem maior profissionalidade e, de outra parte, consagra-se a objetos cada vez mais técnicos.

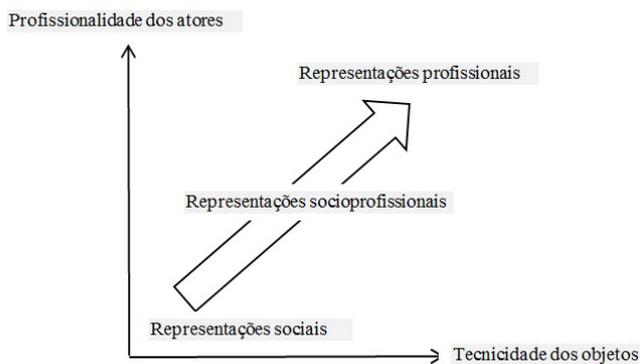


Figura 1. Passagem das representações sociais às representações profissionais.

Segundo Michalot e Siméone (2013), existe um consenso que as RSP se formam, em parte, no curso da formação ou da aprendizagem de uma dada atividade profissional. Essas se inscrevem no processo de profissionalização, no qual, alguém passa de um status de estudante ao de profissional. Isto é, transita-se de um modelo idealizado da profissão a um modelo prático baseado na experiência do real.

O conceito de RSP busca levar em conta o processo pelo qual os atores mobilizam representações sobre seu futuro ofício, mobilização esta que condiciona seu investimento na formação. Considera-se assim que as RSP evoluem e transformam-se pelos saberes, mas elas intervêm igualmente no processo de profissionalização. Ou seja, elas determinam os engajamentos na formação e são, ao mesmo tempo, determinadas pelos diferentes saberes em implementação no processo formativo.

Para Pardal, Gonçalves, Martins, Neto-Mendes, e Pedro (2011), o interesse em torno das RSP permitiu alertar para a existência de novos estados

representacionais que caracterizam aqueles sujeitos que, apesar de já terem efetuado as suas escolhas profissionais, ainda não estão a exercer uma profissão, encontrando-se a receber formação inicial (para tal). Estes autores explicam que:

Na verdade, não podemos afirmar que, ao longo de sua trajetória de formação, estes sujeitos são detentores de uma representação exclusivamente social (RS), na medida em que estão a ser (en) formados pelos elementos técnicos específicos e tipicamente associados a uma profissão, como também não podemos afirmar que são detentores de uma representação exclusivamente profissional (RP), dado que, não só ainda não começaram a exercer essa atividade profissional, como também lhes falta a memória da experiência significativa da mesma (Pardal et al. 2011, p. 66).

Consideramos poder assim sublinhar dois elementos relevantes nas RSP: a ideia de projeto profissional e o contexto da formação profissionalizante. Sobre o projeto profissional, este é estruturado por um conjunto de modelos, de valores, que criam tal ou tal aspiração. Quando uma escolha profissional se opera, ela se efetua à base de uma coleta e de um tratamento de informações. “Trata-se logo de uma atividade cognitiva, que é essencialmente uma atividade de comparação entre uma representação de si e a representação do mundo profissional, ambas provocadas pela interação social” (Frayse, 1998, p. 136). Em outros termos, a ideia de projeto profissional pode ter uma direção centrada sobre a pessoa, seus saberes adquiridos durante a sua escolaridade, que permite uma abertura sobre um ideal profissional por uma interpretação de sentido e de uma construção identitária.

De acordo com Fraysse (1998, p. 137), as RSP se definem “especificamente em um contexto de formação profissionalizante como um conjunto organizado de informações, comportando saberes teóricos e de ação”. As RSP se constituem no quadro de um duplo engajamento: saber e saber-fazer. Isto é, essas são situadas em “um processo dinâmico de interações sociais que precedem a ação profissional e exprimem reconstruções que o sujeito efetua a partir de elementos conhecidos no curso da formação” (idem).

Vale ressaltar que a transição das RS para as RP não é reconhecida como absolutamente linear, pois há uma certa complexidade ao nível da construção de várias significações a gerir entre as RS e as RP (Piaser & Bataille, 2011). Neste caso, leva-se em consideração a

coexistência de duas ordens de RS: aquelas dos grupos profissionais e a dos grupos não profissionais.

No caso da coexistência, ela concretiza a ideia de que existem inter-relações, interdependências, mas também especificidades entre RS e RP. Ou seja, a presença de um conjunto incluso no outro constitui uma maneira de ilustrar o fato de que as RP formam uma categoria particular das RS. Estas últimas apresentam sistematicamente um caráter mais englobante que as primeiras.

Podemos dizer que, de certa forma, uma situação de tensão parece estar presente em ambos os modelos teóricos. Se por um lado, os sujeitos de acordo com a proposição de transição, ainda não atingiram totalmente o equilíbrio das suas RP pelas variações e transformações que caracterizam a reconhecida transitoriedade; por outro lado, aqueles considerados no eixo da proposição de coexistência experienciam momentos de desequilíbrio constantes. Para Pardal et al. (2011, p. 67), “precisamente porque não existem fronteiras bem definidas em nível dessas representações”.

Tendo em vista o que apresentamos sobre as RS e as RSP, começamos a discutir a especificidade das RP e suas funções. Estas últimas entendidas como “representações (sociais) que constroem os atores de sua atividade profissional, diferentemente das representações sociais (não profissionais) que podem ter formado, desta atividade, os atores sociais que não são profissionais” (Bataille, 2000, p. 185).

A especificidade das representações profissionais

Conforme Bataille (2000, p. 181), as RP são específicas, porque “elas são construídas, no quadro das ações e das interações profissionais que as contextualizam, por atores que fundam suas identidades profissionais que correspondem a grupos de um campo profissional considerado, em relação a objetos salientes para eles neste campo”.

A origem da elaboração e do modelamento do conceito de RP está relacionada a uma preocupação com a compreensão das relações mantidas pelos profissionais em situação de trabalho, com seu(s) próprio(s) contexto(s) e/ou os objetos salientes de suas profissões ou ofícios respectivos. Esta visa compreender:

Os processos de profissionalização dos atores e das instituições ou organizações [...]. Trata-se de analisar os processos de transformação que

caracterizam a profissionalização dos atores e dos contextos a fim de permitir sua inteligibilidade, mas também, a fim de propor pistas de ação no contexto evolutivo do mundo do trabalho (Lac et al., 2010, p. 134).

Neste sentido, questiona-se, por exemplo, a utilização da mesma expressão para percebemos “a representação social de um artesão por quem utiliza seus serviços (todos nós) e a representação (social, também, que fique claro) que os artesãos têm do seu próprio ofício” (Bataille et al. 1997, p. 59). Como consequência, esses autores reforçam a ideia de que as RP são uma categoria específica das RS e que elas devem ser consideradas em sua especificidade.

Na construção do conceito de RP, autores, a exemplo de Lac et al. (2010), reconhecem que as RS são apresentadas por Moscovici e seus sucessores como conhecimento ingênuo ou do senso comum. No caso das RP, “a proximidade com o objeto, as importantes relações identitárias e a dimensão da prática engendram um conhecimento dos objetos em questão que ultrapassa largamente o quadro do senso comum, restando este ao domínio da representação *mais amplo*” (Lac et al., 2010, p. 137). Desta forma, as RP são consideradas:

Nem como saber científico, nem como saber do senso comum, elas são elaboradas na ação e interação profissionais, que as conceitualizam, pelos atores que fundam as identidades profissionais correspondentes ao grupo do campo profissional considerado, em relação aos objetos salientes por estes neste campo (Bataille et al., 1997, p. 63).

Assim, enquanto a RS é descrita como uma forma de conhecimento particular, coletivamente construída (um saber prático do senso comum) de um dado objeto, tendo por função a orientação, a organização e a regulação das condutas e das comunicações sociais; as RP exprimem-se na regularização do pensamento profissional pelo contexto social de sua existência e pela história dos grupos profissionais. Ou seja, “a compreensão das representações profissionais não pode ser feita fora das referências dos quadros sociais e institucionais dos quais elas evoluem” (Piaser & Ratinaud, 2010, p. 12). Conforme Blin (1997b), as RP são elaboradas na ação e comunicação profissional (interagir e inter-reagir) e são especificadas pelos contextos, atores que pertencem a grupos e objetos pertinentes e úteis para o exercício profissional.

A existência de uma representação profissional está condicionada a dois tipos de fatores: (1) Ser

emitida por atores profissionais que se identificam em um grupo de referência, a partir de sistemas de normas e de valores socialmente reconhecidos; (2) Portar sobre um objeto a propósito do qual ele é ao mesmo tempo necessário e de difícil acordo. Seu domínio constitui uma preocupação central dos atores profissionais e exige uma mutualização de seus objetivos. Este objeto, tomado em face de evoluções do meio sociocultural, material e humano, está submetido às prescrições institucionais de baixa intensidade, ou é isento de toda consideração deontológica. Ele necessita logo de ajustamentos sociocognitivos regulares, nas quais os resultados possibilitam reconhecer e balizar as funções profissionais (Bouysseries, 2006, p. 3).

Compreende-se que a tessitura nos contextos profissionais das redes de socialização profissionais ocorre em dois sentidos. Elas reúnem seus membros em relação a um dado campo profissional, mas elas também os diferenciam de outros grupos do mesmo campo. A implicação profissional é de natureza diferente em função do *status* dos atores em um campo e os contextos específicos ligados a este campo. O estudo diferencial das RP frente a inscrições sociais contextualizadas informa sobre o modo como os atores e os grupos constroem suas identidades múltiplas e forjam um saber prático que lhes propicia orientarem-se em suas interações profissionais.

As RP são construídas e alteradas por atores e grupos do mesmo campo profissional. Os atores portadores de RP têm a particularidade de serem percebidos pela sociedade como profissionais. Nesse sentido, as RP são reconhecidas como sociais, mas não possuem a característica, como já foi dito, de um saber do senso comum; pois os profissionais “têm uma relação com o conhecimento, ação e implicação com suas atividades profissionais que os diferenciam das outras categorias da população” (Blin, 1997b, p. 163).

A construção das RP é largamente dependente do estatuto profissional dos atores e de seu exercício, o que desencadeia uma ruptura com as RS da profissão. Isto é, o profissional tem uma representação de sua profissão inclusa no sistema de suas RP. Enquanto os outros possuem RS da profissão. Nesta direção, Battaille et al. (1997) chamam a atenção para a intersubjetividade (relação entre os indivíduos) e a intrasubjetividade (pluralidade das identidades para um mesmo indivíduo) que inscrevem os sujeitos como produtos e produtores de relações sociais diversificadas. Pois as atividades profissionais são entendidas como sendo ao mesmo tempo

construções históricas (representações anteriores) e construções cotidianas (transformação das representações no exercício das atividades) dos atores individuais e coletivos.

Uma RS de um objeto ocorre pela elaboração dos grupos sociais de um conhecimento partilhado por eles a propósito de objetos que lhes são salientes. Os objetos devem sua especificidade social às significações que os atores lhes atribuem em situações de ação e de comunicação. Neste sentido, tal como sucede nas RS, nem todos os objetos profissionais são passíveis de serem objetos de RP, se não cumprirem alguns critérios específicos que os determinam. Podemos dizer que os objetos profissionais têm de ser, em primeiro lugar, verdadeiramente significativos e, ainda, devem representar uma certa utilidade para os sujeitos em questão. Ademais apresentam as seguintes características:

A natureza poliforma do objeto (em que este adquire diferentes facetas no espaço de trabalho); o significado nocional e prático elevado que o objeto pode ter para os sujeitos a que se reporta; a estruturação e a configuração do grupo profissional que se estabelecem em torno desse(s) objeto(s) selecionado(s) e, por fim, a identificação (que une) os seus membros relativamente à imagem (percepção) produzida por esse objeto [...] (Pardal et al. 2011, p. 68).

Sublinhamos sobre a natureza poliforma das RS que, enquanto elas aparecem na sociedade sob diferentes formas e devem ser importantes aos olhos dos membros do grupo, no caso das RP, isto ocorre especificamente no espaço de trabalho. As RS são coletivamente produzidas e engendradas; logo, é necessário que os indivíduos se comuniquem entre eles. Assim a existência de um objeto de RP supõe a existência de um dado grupo profissional e, desta forma, o objeto pode ser partícipe da gênese do grupo (configuração estrutural) ou ele ocorre da dinâmica de um grupo constituído (configuração conjuntural) (Blin, 1997b).

De acordo com Pedro (2012, p. 67), o fato de o objeto e do lugar das RP ocorrerem num contexto profissional específico conduz à seguinte diferenciação: as RS referem-se a “um objeto desconhecido, demasiado amplo, fluido, polimorfo disseminado em toda a sociedade e sem que as suas representações estejam construídas ou estruturadas a partir do contexto de um grupo (profissional) determinado”. No caso das RP, elas aludem a um objeto específico, conhecido e partilhado por todos os membros de um grupo que exercem

a mesma atividade profissional, “utilizam uma linguagem técnica própria, têm um saber comum, partilham objetivos comuns, possuem um sistema de pensamento próprio, bem como métodos e um “saber-fazer” singulares” (idem).

Sobre o conteúdo de uma RS, um aspecto destacado por Flament (1994, p. 37) diz respeito a esse ser “um conjunto organizado de cognições relativas a um objeto, partilhado pelos membros de uma população homogênea em relação a esse objeto”². Essa ideia é refinada por Blin (1997a, p. 89) a respeito da RP; sempre específica a um contexto profissional, como: “um conjunto de cognições descritivas, prescritivas e avaliativas relativas a objetos significativos e úteis à atividade profissional e organizados num campo estruturado apresentando uma significação global”. Essa cognições se coadunam a três dimensões: a prática, o contexto e a identidade profissional. A dimensão prática (funcional) é relativa a objetos suscetíveis de serem ativados no exercício da atividade profissional; a dimensão contextual alude à: organização, instituição, quadros de atividades, estatuto, papéis, finalidades, ideologias e valores. Por sua vez, a dimensão identitária - diz respeito ao ideal profissional, a visão de si (missões, qualidades, competências e motivações profissionais).

Como toda RS, as RP desempenham várias funções. Para Battaille et al. (1997), Blin (1997a), Piasek e Ratinaud (2010), as RP chegam a ter igualmente as mesmas funções das RS: cognitiva, identitária, orientadora e justificadora. Sobre estas, discorreremos a seguir.

Funções das representações profissionais

Com base em Abric (1994), as RS abrigam quatro funções: compreender e explicar a realidade (função cognitiva); proteger a especificidade dos grupos (função identitária); orientar as condutas, antecipar as expectativas de ação, guiar as práticas (função orientadora) e justificar *a posteriori* as tomadas de posição (função de justificação). As RP asseguram essas mesmas funções; no entanto são aplicadas a um contexto profissional específico (Dernat & Siméone, 2014; Piasek & Ratinaud 2010).

A função cognitiva das RS faz referência ao saber prático do senso comum, proporcionando “aos atores sociais adquirir os conhecimentos e os integrar num quadro assimilável e compreensível para eles, em coerência com seu funcionamento cognitivo e os valores

aos quais eles aderem” (Abric, 1994, p. 16). No caso das RP, essas participam com outras cognições na construção de um saber profissional que se define na realidade do contexto das práticas profissionais. Esse saber é diferente do saber científico e do saber do senso comum, na medida em que ele é produzido no contexto da atividade profissional, possibilitando aos atores compreender e agir sobre a realidade, segundo um princípio de economia cognitiva. Seu papel na atividade profissional evidencia um saber altamente prescritivo por determinar aos membros de um mesmo grupo profissional os conhecimentos que lhes são necessários e uma leitura comum da realidade de atuação profissional (Blin, 1997a, Dernat & Siméone, 2014).

Em sua função identitária, as RS definem a identidade e asseguram a salvaguarda da especificidade dos grupos; elas situam os indivíduos e os grupos no campo social, favorecendo a elaboração de uma identidade social e pessoal, ou seja, compatível com o sistema de normas e valores social e historicamente determinados. Quando nos referimos à função identitária das RP, levamos em conta a realidade do contexto das práticas profissionais e como as pessoas de uma mesma profissão partilham uma identidade comum.

De acordo com Blin (1997a, p. 94), as RP definem e regulam as identidades profissionais na medida em que “as identidades construídas pelo processo de socialização profissional salvam a especificidade e as vantagens de um grupo profissional em face de outros grupos suscetíveis de influenciar seu domínio”. No interior de um campo profissional, as RP marcam as ideologias, os territórios e fazem parte do jogo e das manobras institucionais em torno do reconhecimento do que é próprio ao grupo profissional concernente. Sobre tal aspecto, Netto (2011, p. 94) apregoa que “os membros de um grupo profissional pertencem a uma comunidade de práticas e de referências que os inscrevem no quadro de uma cultura comum”. De sorte que como a identidade individual, a identidade profissional desse grupo se distingue pela relação de identificação e de diferenciação com outros grupos profissionais.

No que concerne à função orientadora, o processo de orientação das condutas pelas RS resulta de três fatores essenciais: a definição da finalidade da situação; a produção de um sistema de antecipações e expectativas e, finalmente, a natureza das regras e dos laços sociais. O fato de a representação intervir diretamente na definição da finalidade da situação, segundo Abric (1994, p. 17), está ligado à ideia de que

“a representação de uma tarefa determina diretamente o tipo de investimento cognitivo adotado pelo grupo, assim como a maneira como ele se estrutura e comunica”. Sobre a RS produzir igualmente um sistema de antecipações e expectativas, destaca-se que a representação é uma ação sobre a realidade e, como tal, ela a precede e a determina. Quanto à natureza das regras e dos laços sociais, a RS é prescritiva de comportamentos ou de práticas obrigatórias. Ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social. Nesse sentido, as RP intervêm diretamente na definição e na finalidade da situação profissional, orientando as escolhas de procedimentos cognitivos para efetuar uma tarefa. As práticas dos profissionais são orientadas por um “saber como se comportar” (Dernat & Siméone, 2014). As ações sobre o meio profissional são em parte determinadas pelo conhecimento deste meio; refletindo as normas e as regras do contexto de trabalho, mas também do que está em jogo nestas regras, isto é, na autonomia institucional autorizada ao ator. Ou seja, as RP “são prescritivas de práticas instituídas, mas também instituintes” (Blin, 1997b, p. 169).

Finalmente, sobre a função de justificação, “uma vez que as representações são guias de conduta compartilhadas socialmente, elas são utilizadas ao mesmo tempo para justificar as condutas relativas a determinados objetivos” (Santos, 2005, pp. 34-35). Isto é, as RS permitem justificar *a posteriori* as práticas e as tomadas de posição; bem como, aos atores, explicar e justificar suas condutas em uma situação ou em relação aos seus participantes. Nessa direção, as RP são utilizadas pelos profissionais para explicar ou validar suas ações (antecipadas ou retrospectivas às práticas profissionais). Elas explicam e legitimam, para o indivíduo, suas posições e suas “rotinas”, entendidas como um encaixe automatizado de condutas, aplicável a uma classe de situações. Na comunicação profissional, elas reforçam os pertencimentos grupais e mantêm as distâncias sociais entre os diferentes grupos do setor (Blin, 1997b).

Considerações finais

Buscou-se nesta breve explanação sobre as representações profissionais e suas especificidades, apresentar elementos que as distinguem e as aproximam das representações sociais no intento de que a análise da relação entre as RS e as RP, de certa forma, subsidie melhor compreender a produção e a transformação de práticas e identidades profissionais. Assim

como promover a explicitação da profissionalidade dos atores dos mais diversos campos profissionais.

Do ponto de vista das representações profissionais, o processo de profissionalização não é somente uma passagem de um estado representacional a outro, pois as fronteiras entre as RS e RP não são bem delimitadas. Desta forma, para o estudo dos sujeitos que se encontram numa fase de formação inicial, compreende-se que as suas representações não são nem unicamente sociais nem exclusivamente profissionais, sendo, portanto, de natureza socioprofissional.

De outro modo, para aqueles sujeitos que se encontram devidamente integrados na sua atividade profissional e que, por isso, lidam mais facilmente, quer com as RP, quer com as RS transitando entre estas, vale a pena contrastar o campo semântico dos objetos de representação, segundo o seu contexto. É coerente contrastar dentro de um mesmo campo profissional (Educação, Medicina, entre outros) o que seus membros representam sobre um dado objeto em virtude da diferença do *status* de suas funções. Estes, pois, são alguns dos caminhos que permitirão identificar as RP em sua especificidade: do contexto, do objeto e do grupo profissional.

Referências

- Abric, J-C. (1994). Les représentations sociales: aspects théoriques. In J-C Abric (Org.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 11-36). Paris: Puf.
- Almeida, L. M. (2005). Representações sociais e prática pedagógica no processo de construção identitária. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida (Orgs), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp.165-200). Recife: Editora Universitária UFPE/EdUFAL.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2000). Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In V. M. Candau (Org), *Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender* (pp. 57-73). Rio de Janeiro: DP&A.
- Bataille, M. (2000). Représentations, implication, implication de représentations sociales aux représentations professionnelles. In C. Garnier & M-L. Rouquette (Orgs.), *Représentations sociales et éducation* (pp. 165-189). Montréal: Éditions Nouvelles.
- Bataille, M., Blin, J. F., Mias, C., & Piasser, A. (1997). Représentations sociales, représentations professionnelles, système des activités professionnelles. *L'Année de la Recherche en Sciences de l'Éducation*, 57-87. Paris: Puf. ISBN 2130484603.
- Blin, J-F. (1997a). *Représentations, pratiques et identités professionnelles*. Paris: l'Harmattan.
- Blin, J-F. (1997b). Les représentations professionnelles: un outil d'analyse du travail. *Éducation Permanente*, 132(3), 159-170. ISSN 0339-7513 -3
- Bouyssieres, P. (2006). *Usages des apprentissages collectifs en formation des adultes : étude psychosociale des représentations*

- professionnelles des formateurs. Coloqque Apprentissages et compétences collectifs: repenser la formation*. Rennes: France. Recuperado de <https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-00489346/document>
- Dernat, S., & Siméone, A. (2014). Représentations socio-professionnelles et choix de la spécialisation: le cas de la filière vétérinaire rurale. *Revue Internationale de Pédagogie de l'Enseignement Supérieur*, 30(2), 1-26. ISSN 2076-8427
- Flament, C. (1994). Structure, dynamique et transformation des représentations sociales. In J-C. Abric (Org.), *Pratiques sociales et représentations* (pp. 37-58). Paris: Puf.
- Fraysse, B. (1998). Professionnalisation et représentation socioprofessionnelle. *Recherche et Formation*, 29, 127-142. doi: 10.3406/refor.1998.1531
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2011). A fecundidade múltipla da obra «A Psicanálise, sua imagem e seu público». In A. Almeida, M. Santos, & Z. Trindade (Orgs.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 199-223). Brasília: Technopolitik.
- Lac, M., Mias, C., Labbe, S., & Bataille, M. (2010). Les représentations professionnelles et l'implication professionnelle comme modèles d'intelligibilité des processus de professionnalisation. *Revue Les Dossiers des Sciences de l'Éducation*, 24, 133-145. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail. ISBN 978-2-8107-0128-5.
- Lac, M., & Ratinaud, P. (2005). La professionnalisation: approche d'un processus représentationnel. *Journal International sur les Représentations Sociales*, 2-1, 68-77. ISSN 1705-2513
- Michalot, T., & Siméone, A. (2013). Formation et évolution des représentations professionnelles: le cas des critères d'accueil de travailleurs sociaux en CHRS. *Recherche et Formation*, 72, 33-146. ISSN 1968-3936
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Puf.
- Netto, S. (2011). *Professionnalisation du métier d'enseignant et informatique à l'école élémentaire: une approche par la théorie des représentations sociales et professionnelles* (Tese de Doutorado, Université Toulouse 2 Le Mirail, Toulouse). Recuperado de <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00663516/document>
- Pardal, L., Gonçalves, M., Martins, A., Neto-Mendes, A., & Pedro, A. P. (2011). *Trabalho docente: representações e construção de identidade profissional*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Comissão Editorial Campus Universitário de Santiago.
- Pedro, A. (2012). Representações profissionais dos professores: uma abordagem tridimensional. *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educação*, 20(1), 65-82. ISSN 1138-1663
- Piaser, A., & Bataille, M. (2011). De l'usage contextualisé de "social" et "professionnel". In M. Chaïb, B. Danemark, & S. Selander (Orgs.), *Education, professionalization and social representations - on the transformation of social knowledge* (pp. 44-54). Nova Iorque, Oxon: Routledge.
- Piaser, A., & Ratinaud, P. (2010). Pensée sociale, pensée professionnelle: une approche singulière en Sciences de l'Éducation. *Les Dossiers des Sciences de l'Éducation*, 23, 7-14. ISBN 978-2-8107-0128-5
- Santos, M. F. S. (2005). A teoria das representações sociais. In M. F. S. Santos & L. M. Almeida, (Orgs.), *Diálogos com a teoria das representações sociais* (pp. 13-38). Recife: Editora Universitária UFPE/ EdUFAL.

¹O REPERE apresenta-se como um grupo de pesquisadores que trabalham sobre as representações sociais, as representações profissionais, implicações profissionais, além do mais, sobre o pensamento social e o pensamento profissional.

²Essas cognições se referem a diversos elementos, tais como: crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, dentre outros.

Elisângela Bastos de Mélo Espindola, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em cotutela com a Université Claude Bernard Lyon 1 (UCBL), é Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Endereço para correspondência: Universidade Federal Rural de Pernambuco – Departamento de Educação, Bloco A. Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n - Dois Irmãos, Recife - PE, 52171-900. Email: elisangela.melo@ufrpe.br

Licia de Souza Leão Maia, Doutora em Sciences de l'Éducation pela Université de Paris V (Sorbonne), é Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: limaia@ufpe.br

Recebido em 09.jul.19

Revisado em 31.mai.20

Aceito em 19.jun.21